

Estudo Técnico Preliminar 9/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08335.003186/2023-83

2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação de empresa especializada para prestar serviços de auxiliar de escritório e motoristas, faz-se necessária considerando o rol de atividades desenvolvidas por esta Superintendência Regional, como emissão de passaportes, carteiras de estrangeiros, registro de armas, emissão de carteiras de vigilantes, recebimento e entrega de documentos, gestão de contratos, execução orçamentária e financeira, gestão e manutenção de sua frota, dentre outras atividades.

2.2. A necessidade de contratação da prestação de serviços, decorre da inexistência de pessoal técnico para apoio em sua execução, uma vez que os cargos contratados não fazem parte do quadro de servidores deste órgão, nem possuem atribuições pertinentes a estes, não atuando nas atividades típicas da SR/PF/MS. Tais atividade, entretanto, auxiliam no atendimento eficiente aos clientes/usuários internos e externos da Polícia Federal.

2.3. A contratação ora pretendida, alinha-se ao teor do Parecer da DELP/CRH/DGP/DPF (28364924), em anexo. Ainda, está de acordo com a legislação afeta ao tema, senão vejamos:

2.3.1. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal);

2.3.2. Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998 (Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal);

2.3.3. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Institui o estatuto nacional da microempresa e empresa de pequeno porte);

2.3.4. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho) e Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 (pagamento de salário em feriados);

2.3.5. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns);

2.3.6. Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001 (Dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);

2.3.7. Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Federal);

2.3.8. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);

2.3.9. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 (dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços pela Administração Pública Federal) ;

2.3.10. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017 (dispõe sobre regras e diretrizes do procedimentos de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal);

2.3.11. Instrução Normativa SEGES/SED/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020 (dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral);

2.3.12. Portaria nº 443/2018-MPDG (Serviços que serão preferencialmente terceirizados); e

2.3.13. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal) o qual dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional;

"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal."

2.4. Os serviços possuem caráter de serviço comum, tratado pela Lei 14.133/21 e Decreto 10.024/19, haja vista possuírem padrões de desempenho, qualidade e características da prestação dos serviços, como usuais do mercado e passíveis de descrição sucintas, podendo ser contratados por meio de Pregão Eletrônico.

2.5. Também possuem natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas que, caso sejam interrompidos, comprometerão a celeridade e a continuidade da atividade policial fim, haja vista a necessidade de deslocamento de servidores para tal mister.

2.6. São ainda serviços que podem ser prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 17 da IN 05/2017-SEGES/MPDG, que preconiza:

"I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III"

2.7. Nos termos da Instrução Normativa supracitada, o objeto desta prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedada a relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.8. Ademais, o objeto da contratação alinha-se às diretrizes traçadas no Planejamento Estratégico 2011/2023 da Polícia Federal, SEI 28364940, aprovado pela Portaria n.º 4453/2014-DG/PF, de 16 de maio de 2014 e atualizado pela Resolução n.º 005/2021-CGPF/PF, de 12 de agosto de 2021, objetivando a implantação de uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficiência e da efetividade das atividades e dos serviços prestados.

2.9. Desta forma, tendo em vista as considerações apresentadas, a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços em tela mostra-se vantajosa, já que tem por objetivo, melhorar a qualidade e eficiência dos serviços prestados por esta SR /PF/MS, resultando ainda em economia e rapidez na sua execução.

2.10. Para que os serviços sejam executados com qualidade, eficiência e segurança, além de estar alinhado com as diretrizes estabelecidas pela Administração no Despacho SELOG/SR/PF/MS (SEI nº 28361102) estima-se a contratação da prestação dos serviços conforme quadro abaixo:

Item	Local	Unidade	Cargo	Adicional de Periculosidade	Quantidade de Postos	Quantidade de Funcionários

01	Campo Grande	Edifício Sede	Auxiliar de Escritório	Não	12	12
			Motorista	Não	01	01
	Corumbá	Delegacia de Polícia Federal de Corumbá	Auxiliar de Escritório	Sim	02	02
		Posto ESDRAS	Auxiliar de Escritório	Não	04	04
	Dourados	Delegacia de Polícia Federal em Dourados	Auxiliar de Escritório	Sim	02	02
	Naviraí	Delegacia de Polícia Federal em Naviraí	Auxiliar de Escritório	Sim	01	01
	Ponta Porã	Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã	Auxiliar de Escritório	Não	04	02
	Três Lagoas	Delegacia de Polícia Federal em Três Lagoas	Auxiliar de Escritório	Não	02	04
	Total				28	28

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/MS	CRISTIANE BARBOSA
SELOG/SR/PF/MS	DAIANE MACHADO SEVERO DOS SANTOS FLORES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Para que os serviços sejam prestados com agilidade, eficiência, qualidade e segurança, esta Superintendência opta pela contratação dos serviços terceirizados de Auxiliar de Escritório e Motoristas, desde que sejam atendidos os seguintes pré-requisitos:

4.1.1. observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso;

4.1.2. cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto na fase interna como na fase externa da licitação;

4.1.3. dimensionamento adequado dos postos de trabalho e consequente valor estimado, de modo a garantir boa relação custo/benefício;

- 4.1.4. célere instrução do processo, de modo a garantir que não haja solução de continuidade nos serviços ora prestados;
- 4.1.5. a empresa selecionada possua capacidade técnica, financeira e jurídica de prestar os serviços objeto da licitação;
- 4.1.6. a empresa selecionada esteja ciente das especificidades dos serviços a serem prestados, possuindo quadro de funcionários suficiente para atender as exigências a serem definidas no Termo de Referência;
- 4.1.7. as empresas participantes devem observar as Convenções Coletivas das categorias envolvidas na prestação dos serviços vigentes em 2023, bem como a legislação trabalhista vigente.
- 4.1.8. a empresa selecionada esteja ciente de que é um serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
- 4.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A pesquisa de preços foi realizada considerando os critérios fixados pela IN 73/2020-SEGES/ME, especialmente em seu art. 5º, que assim estabelece:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldepregos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço e telefone de contato; e

d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput." (grifo nosso)

5.2. Em consulta ao Painel de Preços no período de 14 a 17/04/2023, com abrangência de todas as compras realizadas nos últimos 12 meses, considerando o CATSER 5380 - prestação de serviços de apoio administrativo, que abrange os serviços objeto desta contratação, foram selecionados:

5.2.1. 05 registros para a prestação de serviços de Auxiliar de Escritório, SEI 28523530, sendo:

5.2.1.1. Pregão 07/2022 - Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio Grande do Sul;

5.2.1.2. Pregão 06/2022 - Ministério da Economia em Santos/SP;

5.2.1.3. Pregão 01/2022 - INCRA no Rio de Janeiro/RJ;

5.2.1.4. Pregão 04/2022 - Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio Grande do Sul; e

5.2.1.5. Pregão 71/2021 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

5.2.2. 03 registros para a prestação de serviços de Motoristas, SEI 28523586, sendo:

5.2.2.1. Pregão 14/2022 - IFES de Pernambuco;

5.2.2.2. Pregão 15/2022 - IFET de Farroupilha/RS; e

5.2.2.3. Pregão 21/2022 - SEAGESP/SP.

5.2.3. 03 registros para procedimentos que contrataram ambos os cargos conjuntamente, SEI 28549103, sendo:

5.2.3.1. Pregão 03/2022 - IPHAN do Rio Grande do Norte;

5.2.3.2. Pregão 06/2022 - Polícia Federal de Santa Catarina; e

5.2.3.3. Pregão 10/2021 - Receita Federal do Brasil em São Paulo.

5.3. Dos resultados obtidos verificamos que os serviços de auxiliar de escritório e motorista são comumente contratados pelos mais variados órgãos públicos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução, isto é, a contratação de empresa para a prestação de serviços especializados e contínuos de auxiliar de escritório e motorista, a serem executados nas dependências do edifício sede e nas unidades descentralizadas desta SR/PF/MS em todo o estado, será feita no documento Termo de Referência. Nele, constarão todos os pormenores: carga horária, cargos com CBO, obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE, sanções e política de pagamento e reajuste.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Considerando que atualmente a Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul possui dois contratos vigentes para a prestação dos serviços de recepcionistas e está sem contrato ativo para a prestação dos serviços de motorista e/ou garagista, quer sejam:

7.1.1. Contrato 16/2018, SEI 08335.007590/2018-69, para a prestação dos serviços de recepcionistas, contando com 10 postos de 44 horas semanais, alocados nas unidades de Campo Grande, cuja vigência de sessenta meses encerrar-se-á em 31/05/2023;

7.1.2. Contrato 08/2018, SEI 08335.004888/2018-17, para a prestação dos serviços de recepcionistas, contando com 12 postos de 44 horas semanais, distribuídos pelas unidades descentralizadas em Mato Grosso do Sul, cuja vigência máxima encerrar-se-á também em 31/05/2023, sem possibilidade de nova prorrogação.

7.2. Contudo, de acordo com o Despacho CPL/SELOG/SR/PF/MS (SEI nº 28334609), aprovado e corroborado pelo Despacho SELOG/SR/PF/MS (SEI nº 28361102), a Administração optou por não mais contratar os serviços de recepcionista mas sim realizar a contratação dos serviços de auxiliar de escritório, uma vez que este possui uma gama de atribuições mais abrangente e poderá prestar maior suporte às atividades desenvolvidas na Polícia Federal.

7.3. No mesmo sentido, considerando a necessidade de atendimento às unidades da Superintendência, o chefe do SELOG solicitou o acréscimo de postos.

7.4. Outro aspecto relevante é a opção por fazer a contratação em um grupo, originando um único contrato. Além dos benefícios com a substituição da gestão e fiscalização de dois contratos que é a realidade de hoje na SR/MS, ainda se agrega uma mão de obra mais qualificada que poderá trazer mais qualidade, celeridade e confiabilidade aos serviços prestados ao público interno e externo que o órgão oferece.

7.5. Em se tratando da prestação dos serviços de motorista, estima-se a contratação de um único posto para dar suporte e retomar a normalidade das atividades da Unidade de Transporte da SR/PF/MS que está sobrecarregada de atividades devido a ausência de motoristas terceirizados.

7.6. Assim, a quantidade de postos foi obtida pelo somatório dos postos que hoje existem nos contratos de recepção, além da inclusão de novos postos, e a necessidade de um posto de motorista, chegando-se ao quantitativo total de 28 (vinte e oito) postos, conforme a disposição da tabela do item 2.1 deste estudo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.308.973,78

8.1. O valor estimado da contratação foi obtido através da elaboração da Planilha da Administração, SEI 28661309, de acordo com os seguintes critérios:

8.1.1. Orientações constantes no Caderno Técnico de Limpeza para Mato Grosso do Sul, ano Base 2019;

8.1.2. Convenções Coletivas celebradas entre o SEAC X SINDEAC MS 2023 (SEI nº 28523615) e SEAC x SINDEAC Dourados 2023 (SEI nº 28523618) para ambos os cargos;

8.1.3. Convenção Coletiva celebrada entre o SETLOG x SINDCARGAS 2022-2023 (SEI nº 28523631), para o cálculo das diárias para o cargo de Motorista;

8.1.4. Os decretos de definição do valor da tarifa de transporte público vigentes em todas as localidades, SEI 28549135;

8.1.5. Leis e Decretos que definem as alíquotas de ISSQN em todas as localidades, SEI 28607582;

8.1.6. Consulta a CBO de ambos os cargos no site do Ministério do Trabalho e Emprego, SEI 28582641; e

8.1.7. Pesquisa de preços do insumo uniformes, sendo Pesquisa Uniforme Auxiliar Escritório Masculino (SEI nº 28655880), Pesquisa Uniforme Auxiliar Escritório Feminino (SEI nº 28630400) e Pesquisa Uniforme Motorista (SEI nº 28630404). A pesquisa foi compilada no Mapa de Preços dos Uniformes (SEI nº 28630409).

8.2. Assim, o valor anual estimado da contratação é de **R\$ 1.308.973,78 (um milhão trezentos e oito mil novecentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A administração da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul optou neste momento por condensar em um único lote todas as localidades de prestação de serviços tendo em vista a economia de escala obtida através de publicações, economia processual, redução de custos com pessoal, equipamentos, como ponto biométrico, maior eficiência na gestão e fiscalização do contrato, dentre outros.

9.2. Ademais, a categoria de auxiliar de escritório, é contemplada por uma convenção coletiva celebrada com abrangência em todas as localidades onde haverá a prestação dos serviços, Convenção Coletiva SEAC X SINDEAC MS 2023 (SEI nº 28523615), exceto para a localidade de Dourados à qual é contemplada pela ela convenção coletiva Convenção Coletiva SEAC x SINDEAC Dourados 2023 (SEI nº 28523618).

9.3. Em relação a categoria de motoristas, a convenção celebrada atende a cidade de Campo Grande, onde o posto será efetivamente alocado. Ademais, realizar uma licitação em separado, ou mesmo dividir o grupo em dois, sendo um com o cargo de auxiliar de escritório e outro com o cargo de motorista poderá resultar na não contratação deste último por ser pouco atrativo para as licitantes culminando, portanto, com a continuidade da situação precária em que se encontra o setor demandante.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Atualmente a Superintendência Regional no Mato Grosso do Sul possui contratos vigentes, com objeto distinto, contudo, ambos não podem mais ser prorrogados, e as vagas nele existentes serão incorporadas por este novo contrato, conforme despacho do Chefe do SELOG, SEI 28361102 e o Documento de Formalização da Demanda CPL/SELOG/SR/PF/MS (SEI nº 28340589).

10.2. Há atualmente os seguintes contratos de prestação de serviços que envolvem a alocação de mão de obra:

10.2.1. recepção comum - serão substituídos;

10.2.2. vigilância; e

10.2.3. limpeza e conservação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O Plano Estratégico da Polícia Federal 2021/2023, SEI 28364940, prevê que a Polícia Federal deve dispor de apoio logístico efetivo e otimizar o emprego dos seus bens e recursos materiais.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Garantir suporte administrativo para as atividades meio e finalísticas da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul.

12.2. A contratação destes serviços também possibilitará um melhor aproveitamento dos recursos humanos deste órgão, notadamente no que se refere a policiais e servidores administrativos que poderão se dedicar a atividades de cunho mais especializado e de maior complexidade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a execução do contrato, não há necessidade de adequações físicas nas unidades de prestação de serviço.

13.2. Os equipamentos a serem utilizados, como computadores, telefones, já constam do patrimônio da SR/PF/MS.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

14.2. O conteúdo dessa matéria também estabelece ações ambientais, visto que a IN nº 05/2017- SEGES/MPDG, exige na contratação em tela a observância de exigências de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, o que será feito por treinamento de empregados da Contratada, por conscientização de todos os envolvidos, ou por meios de ações concretas apontadas especialmente nas especificações técnicas dos serviços e obrigações da Contratada e Contratante.

14.3. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, se pautam por pressupostos que deverão ser observados tanto pela Contratada como pela Contratante, a saber:

14.3.1. racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

14.3.2. treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

14.3.3. aquisição de materiais em conformidade com a Legislação Ambiental vigente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A viabilidade justifica-se em razão da experiência adquirida nas contratações pretéritas com o mesmo objeto, além de observar a legislação vigente que rege as contratações no setor Público.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

CRISTIANE BARBOSA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2023 às 16:42:00.

Despacho: Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

DAIANE MACHADO SEVERO DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/05/2023 às 09:26:46.